

Regulamento Celpa BD-I



**Segurança no presente,
tranquilidade no
futuro.**

RedePrev

Regulamento do Plano CELPA-BD-I

A RedePrev desenvolveu esta publicação especialmente para você, que vai conhecer melhor como funciona o regulamento do plano de previdência ao qual aderiu e os direitos que ele garante a você e à sua família.

Regulamento é o conjunto de regras e normas que explicam seu plano de previdência.



Índice

I - Objetivo	03
II - Patrocinador	03
III - Participante	04
IV - Inscrição de Participante	04
V - Manutenção da Qualidade de Participante	04
VI - Perda da Qualidade de Participante	05
VII - Beneficiário	05
VIII - Salário Real de Contribuição	06
IX - Benefícios	07
X - Salário Real de Benefício	08
XI - Carência	08
XII - Condições de Complementação de Aposentadoria	09
XIII - Complementação de Aposentadoria por Invalidez	11
XIV - Complementação de Aposentadoria por Idade	12
XV - Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	12
XVI - Complementação de Aposentadoria Especial	14
XVII - Complementação de Pensão	16
XVIII – Complementação do Abono Anual	17
XIX - Reajustamento de Benefícios	17
XX - Prescrição de Benefícios	18
XXI - Restituição de Contribuições	19
XXII – Custeio	19
XXIII – Disposições Finais	22

I - Objetivo

Art. 1º - Este Regulamento Complementar tem por objetivo fixar as normas gerais do Plano de Benefícios CELPA BD-I e estabelecer os direitos e os deveres da própria REDEPREV, do Patrocinador, dos Participantes e dos Beneficiários em relação ao referido Plano.

§ 1º - Além das disposições do presente Regulamento Complementar, este Plano de Benefícios CELPA BD-I é regido, ainda, pelas disposições do Estatuto da REDEPREV.

§ 2º - O Plano de Benefícios CELPA BD-I

é um Plano em extinção, contributivo do tipo benefício definido, contando, na data de aprovação deste Regulamento Complementar, somente com Assistidos, exceto um Participante que já é elegível a benefício mas não exerceu ainda este direito.

Art. 2º - Este Regulamento Complementar substitui o Regulamento Complementar do Plano de Benefícios CELPA BD-I aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social em 30 de janeiro de 2004.

II - Patrocinador

Art. 3º - É Patrocinador deste Plano de Benefícios CELPA BD-I a CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA, que contribui para este Plano com o objetivo de proporcionar benefícios previdenciários para os Participantes e Beneficiários nele inscritos.

§ 1º - A formalização da condição da

CELPA como Patrocinador se dá por intermédio de Convênio de Adesão firmado entre ela e a REDEPREV, em relação a este Plano de Benefícios CELPA BD-I.

§ 2º - É vedado o ingresso de novo Patrocinador neste Plano de Benefícios CELPA BD-I a partir de 01/01/1998.

III - Participante

Art. 4º - São Participantes deste Plano de Benefícios CELPA BD-I os Participantes inscritos até 31/12/1997, e que permaneçam a este filiados.

Art. 5º - Os Participantes deste Plano de Benefícios CELPA BD-I classificam-se, conforme tenha sido a data de suas respectivas inscrições, nos

termos do Regulamento então vigente, em:

a) Participantes Fundadores - os inscritos até 27/10/1982;

b) Participantes Não Fundadores - os inscritos a partir de 28/10/1982.

IV - Inscrição de Participante

Art. 6º - É vedada a inscrição como Participante neste Plano de Benefícios CELPA BD-I a partir de 01/01/98.

V - Manutenção da Qualidade de Participante

Art. 7º - Permanece na condição de Participante:

Assistido ou simplesmente Assistido;

II - (REVOGADO)

I - o aposentado em gozo de benefício de complementação por este Plano, sendo denominado Participante

Parágrafo único. (REVOGADO)



VI - Perda da Qualidade de Participante

Art. 8º Tem cancelada sua inscrição o Participante que:

a) vier a falecer;

b) requerer seu desligamento deste Plano de Benefícios CELPA BD-I;

c) deixar de recolher à REDEPREV as suas contribuições por 03 (três) meses consecutivos, ou 4 (quatro)

interpolados, num mesmo exercício, após notificação;

d) (REVOGADO)

Parágrafo único. O Participante que tiver cancelada sua inscrição perderá o direito aos benefícios para os quais não tenha completado, até o mês da última contribuição, as carências previstas neste Regulamento.

VII - Beneficiário

Art. 9º É considerado Beneficiário o dependente do Participante assim definido e aceito na Previdência Social para fins de Pensão.

Parágrafo único. O Beneficiário em gozo de benefício por este Plano é denominado, também, como Assistido.

Art. 10. A inscrição dos Beneficiários

neste Plano é feita mediante a apresentação dos documentos comprobatórios dessa condição.

Art. 11. A perda da condição de Beneficiário, perante a Previdência Social, implica o cancelamento automático da sua inscrição neste Plano de Benefícios.



VIII - Salário Real de Contribuição

Art. 12. O salário real de contribuição é a soma das parcelas que constituem a remuneração mensal do Participante e sobre as quais incide desconto para a Previdência Social, limitado a 3 (três) vezes o valor teto do salário de contribuição da Previdência Social.

Art. 13. As importâncias recebidas a título de participação nos lucros somente serão incluídas no salário real de contribuição, cumulativamente com a remuneração mensal do Participante, nos casos e até o limite em que aqueles valores integrem o salário de contribuição para a Previdência Social.

Art. 14. Para o Participante que tiver o contrato de trabalho suspenso, o salário real de contribuição é o valor correspondente ao seu salário nominal, acrescido das horas extras contratuais e gratificações de função, na data do afastamento, observado o limite de que trata o art. 12.

§ 1º - Aplica-se ao Participante que

assumir cargo de Diretor ou Conselheiro no Patrocinador o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - Os Participantes estarão sujeitos a contribuir sobre a parcela relativa ao 13º (décimo terceiro) salário.

§ 3º - Os valores referidos neste artigo serão reajustados nas mesmas épocas e pelos mesmos índices dos aumentos salariais do Patrocinador.

Art. 15. No caso de perda parcial da remuneração, será facultado ao Participante optar por manter o valor de seu salário real de contribuição, devendo:

a) exercer a opção referida no “caput” deste artigo no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorreu a perda da remuneração;

b) recolher, além das suas contribuições, as que seriam atribuídas ao Patrocinador, calculadas sobre a diferença entre as duas remunerações.

Parágrafo único. Aplica-se ao Participante de que trata este artigo o que dispõem os §2º e 3º do art. 14.

Art. 16. (REVOGADO)

Parágrafo único. (REVOGADO)

Art. 17. Para o Participante em gozo de benefício por este Plano, o salário real de contribuição é o valor de sua complementação de aposentadoria, inclusive a título de complementação do abono anual.

IX - Benefícios

Art. 18. Os benefícios abrangidos neste Plano são:

- a)** complementação de aposentadoria por invalidez;
- b)** complementação de aposentadoria por idade;
- c)** complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- d)** complementação de aposentadoria especial;

e) complementação de pensão;

f) complementação do abono anual.

Parágrafo único. Para efeitos deste Regulamento, as aposentadorias concedidas a título de aposentadoria por velhice e aposentadoria por tempo de serviço serão entendidas, respectivamente, como aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição.



X - Salário Real de Benefício

Art. 19. O Salário Real de Benefício é o valor correspondente à média dos 36 últimos salários reais de contribuição, anteriores à data da concessão do benefício por este Plano, corrigidos pelo indexador utilizado pela Previdência Social correspondente ao período de abrangência de apuração da média.

Parágrafo único. Não serão conside-

rados para cálculo do salário real de benefício os aumentos que excedam os limites legais, inclusive os voluntariamente concedidos no período básico de cálculo de benefício, salvo os aumentos resultantes de promoções admitidos pela legislação ou Justiça do Trabalho e aceitos no processo de aposentadoria ou, ainda, de qualquer outro benefício da Previdência Social.

XI - Carência

Art. 20. Os benefícios de complementação de aposentadoria por idade, tempo de contribuição e especial são concedidos após completada a carência de 120 (cento e vinte) contribuições mensais efetuadas pelo Participante para este Plano, sendo vedada a antecipação de contribuições.

Parágrafo único. Para os Participantes Fundadores a carência prevista no “caput” deste artigo será reduzida

para 36 (trinta e seis) contribuições mensais.

Art. 21. (REVOGADO)

Art. 22. Para o empregado que tenha readquirido a condição de Participante, a carência necessária para fazer jus aos benefícios de que trata este Regulamento será contada a partir do reinício do pagamento das contribuições.

XII - Condições de Complementação de Aposentadoria

Art. 23. A complementação de aposentadoria será devida ao Participante que a requerer, venha a se aposentar pela Previdência Social e se desligar do Patrocinador, requisito último não exigível em caso de aposentadoria por invalidez.

Parágrafo único. Os benefícios deste Plano serão calculados até 15 (quinze) dias após o seu requerimento pelo Participante ou Beneficiários.

Art. 24. O Participante terá sua complementação calculada em relação à aposentadoria a que teria na Previdência Social, na data de concessão do benefício complementar, em razão da média dos 36 últimos Salários Reais de Contribuição – SRC, coletados num período de até 48 meses, atualizados pelos índices de reajuste de apuração do salário de benefício da Previdência Social vigentes na data de concessão da complementação, tomados os SRC até os tetos de contribuição por ela estabelecido.

§ 1º - O disposto no “caput” deste ar-

tigo será multiplicado por 70% (setenta por cento), 76% (setenta e seis por cento), 82% (oitenta e dois por cento), 88% (oitenta e oito por cento), 94% (noventa e quatro por cento) ou 100% (cem por cento) no caso de aposentadoria por tempo de contribuição para os homens que contem com 30 (trinta), 31 (trinta e um), 32 (trinta e dois), 33 (trinta e três), 34 (trinta e quatro) ou 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição, respectivamente, e de 100% (cem por cento) no caso de mulheres, verificado em documento Oficial da Previdência Social.

§ 2º - Para aposentadorias diferentes de tempo de contribuição será aplicado o coeficiente, limitado a 100%, decorrente do tempo de contribuição declarado em documento oficial da Previdência Social, observados:

Para aposentadoria

- a) Especial – 100%;
- b) Invalidez – 100%;
- c) Idade – 70% fixo mais 1% ao ano, por tempo declarado.



§ 3º - Os valores obtidos não poderão ultrapassar o teto de contribuição da Previdência Social vigente no mês da concessão do benefício complementar.

Art. 25 - O benefício de complementação de aposentadoria somado ao valor da aposentadoria da Previdência Social, obtida na forma do art. 24, não poderá ultrapassar à média de salários reais de contribuição apurados nos últimos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data da concessão do benefício, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento) do teto máximo de contribuição para a Previdência Social.

§ 1º - Se a soma dos dois benefícios exceder o limite de que trata este artigo, o valor de complementação a ser concedido será ajustado, o quanto for necessário, para se respeitar aquele limite.

§ 2º - O valor inicial da complementação de aposentadoria por invalidez, idade, tempo de contribuição e especial será, no mínimo, além dos benefícios mínimos observados nos arts.

28, 31, 33, 34, 36 e 37 e seus respectivos parágrafos, o equivalente ao valor da renda atuarialmente calculada, com base em todas as contribuições pessoais vertidas pelo Participante, a este Plano, inclusive aquelas a título de jóia.

§ 3º - As contribuições pessoais serão atualizadas monetariamente da mesma forma prevista no art. 49 deste Regulamento e serão descontadas as parcelas, constantes do Plano de Custeio em vigor na data de concessão do benefício de complementação, destinadas a cobertura dos benefícios de riscos, dos riscos decorridos em função do método atuarial de repartição simples, de capitais de cobertura e de despesas administrativas.

Art. 26 - Os benefícios de renda mensal deste Plano serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de competência.

§ 1º - Quando o Participante ou o Beneficiário não for considerado inteiramente responsável, em virtude de incapacidade legal ou judicialmente declarada, a REDEPREV pagará o

respectivo benefício a seu representante legal, ficando, com isto, totalmente desobrigada em relação a este benefício.

§ 2º - A REDEPREV pode exigir que os Participantes ou Beneficiários, que estejam recebendo benefícios, comprovem estar recebendo o benefício básico do Regime Geral de Previdência Social, sob pena de suspensão do benefício.

§ 3º - Verificado erro no cálculo ou no pagamento do benefício, a REDEPREV fará revisão e correção do valor respectivo, pagando ou reavendo o que lhe couber, atualizando os valores pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, podendo descontar dos pagamentos mensais subsequentes até o limite de 30% (trinta por cento) da renda mensal, observada a legislação aplicável.

XIII - Complementação de Aposentadoria por Invalidez

Art. 27 - A complementação de aposentadoria por invalidez será devida ao Participante que vier a se aposentar por invalidez pela Previdência Social, observado o disposto no art. 23 deste Regulamento.

Parágrafo único - (REVOGADO)

Art. 28 - A complementação de aposentadoria por invalidez consiste numa renda mensal equivalente à diferença entre o salário real de benefício e o valor da aposentadoria obtida na forma do art. 24.

Parágrafo único - É assegurado ao Participante que a complementação de aposentadoria por invalidez não será inferior a 20% (vinte por cento) do Salário Real de Benefício, tomado este até o teto máximo de contribuição para a Previdência Social, e nem inferior ao valor da complementação de aposentadoria que hipoteticamente seria concedida por este Plano, caso na data em que ocorresse a invalidez o Participante viesse a se aposentar por idade na Previdência Social.



Art. 29 - Cessa a complementação de aposentadoria por invalidez do Participante que tiver cancelada sua apo-

sentadoria pela Previdência Social, ou que retorne ao trabalho na vigência do benefício.

XIV - Complementação de Aposentadoria por Idade

Art. 30 - A complementação de aposentadoria por idade será devida ao Participante que se aposentar pela Previdência Social, após cumprida a carência de 120 (cento e vinte) contribuições para este Plano, observado o disposto no art. 23 deste Regulamento.

Art. 31 - A complementação de aposentadoria por idade consiste numa renda mensal equivalente à diferença

entre o valor do salário real de benefício e o da aposentadoria obtida na forma do art. 24.

Parágrafo único - É assegurado ao Participante um valor mínimo de complementação de aposentadoria por idade de 20% (vinte por cento) do Salário Real de Benefício, tomado este até o teto máximo de contribuição para a Previdência Social.

XV - Complementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Art. 32 - A complementação de aposentadoria por tempo de contribuição será devida ao Participante que se aposentar pela Previdência Social, após cumprida a carência de 120 (cento e vinte) contribuições para este Plano e completados 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, observado o disposto no art. 23 deste Regulamento.

Art. 33 - A complementação de apo-

sentadoria por tempo de contribuição, para aquele que se aposentar aos 35 (trinta e cinco) anos de tempo comprovado em documento oficial da Previdência Social, se do sexo masculino, e aos 30 (trinta) anos, se do sexo feminino, consiste numa renda mensal equivalente à diferença entre o salário real de benefício e o valor da aposentadoria obtida na forma do art. 24.

§ 1º - Nos casos a que se refere este artigo, é assegurado ao Participante um valor de complementação de aposentadoria não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do salário real de benefício, tomado este até o teto máximo de contribuição para a Previdência Social.

§ 2º - A complementação de aposentadoria por tempo de contribuição poderá ser solicitada antecipadamente, desde que o Participante tenha atendido a todas as exigências para concessão da complementação de aposentadoria por tempo de contribuição, exceto quanto ao cumprimento da idade mínima prevista no art. 32 e do tempo de contribuição para os Participantes do sexo feminino previsto no “caput” deste artigo, desde que conte com pelo menos 25 anos de tempo de contribuição.

§ 3º - Os Participantes que venham a solicitar o benefício previsto no parágrafo anterior deste artigo poderão optar pelo recebimento da complementação integral, nos termos do §4º deste artigo, ou pelo recebimento da complementação reduzida,

através da incidência de um fator redutor sobre a complementação integral, atuarialmente calculado com base na reserva matemática individual do requerente, de forma a não trazer custos adicionais a este Plano de Benefícios.

§ 4º - O recebimento da complementação integral, previsto no parágrafo anterior, será facultado ao Participante que recolher de uma só vez aos cofres da REDEPREV o total das contribuições atuarialmente previstas, correspondentes ao tempo incompleto para cumprimento da idade mínima exigida pelo Plano, prevista no art. 32 ou pelo tempo de contribuição mínimo para Participantes do sexo feminino previsto no “caput” deste artigo.

§ 5º - (REVOGADO)

§ 6º - Nos casos de complementação reduzida, nos termos do §3º deste artigo, o valor da complementação mínima prevista no §1º deste artigo e no parágrafo único do art. 34 será igualmente reduzido.



Art. 34 - Para o Participante do sexo masculino que se aposentar com tempo de vinculação à Previdência Social inferior a 35 (trinta e cinco) anos, aplicar-se-á sobre o valor do salário real de benefício, referido no artigo anterior, os coeficientes de 80% (oitenta por cento), 84% (oitenta e quatro por cento), 88% (oitenta e oito por cento), 92% (noventa e dois por cento) e 96% (noventa e seis por cento), segundo o Participante tenha, respectivamente, 30 (trinta), 31 (trinta e um), 32 (trinta e dois), 33 (trinta e três) e 34 (trinta e quatro) anos de serviço.

Parágrafo único. Nestes casos é

assegurado ao Participante um valor mínimo de complementação de aposentadoria por tempo de contribuição, que se obtém aplicando-se sobre o salário real de benefício, limitado ao teto máximo de contribuição para a Previdência Social, um percentual que assumirá os valores de 5% (cinco por cento), 6,5% (seis e meio por cento), 9,5% (nove e meio por cento), 13% (treze por cento) e 18% (dezoito por cento), conforme o tempo de contribuição vinculado à Previdência Social seja, respectivamente, 30 (trinta), 31 (trinta e um), 32 (trinta e dois), 33 (trinta e três) e 34 (trinta e quatro) anos.

XVI - Complementação de Aposentadoria Especial

Art. 35 - A complementação de aposentadoria especial será devida ao Participante que, após cumprida a carência de 120 (cento e vinte) contribuições para este Plano, tenha concedida a aposentadoria pela Previdência Social, observado o disposto nos arts. 23 e 36 deste Regulamento.

Art. 36 - A complementação de aposentadoria especial só será concedida quando o Participante completar a idade mínima de 53 (cinquenta e três), 51 (cinquenta e um) ou 49 (quarenta e nove) anos, conforme tempo de contribuição exigido pela Previdência Social seja de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos, respectivamente.

§ 1º - A complementação de aposentadoria especial poderá ser solicitada antecipadamente, desde que o Participante tenha atendido a todas as exigências para concessão da complementação de aposentadoria especial, exceto quanto ao cumprimento da idade mínima prevista no “caput” deste artigo.

§ 2º - Os Participantes que venham a solicitar o benefício previsto no parágrafo anterior deste artigo poderão optar pelo recebimento da complementação integral, nos termos do § 3º deste artigo, ou pelo recebimento da complementação reduzida, através da incidência de um fator redutor sobre a complementação integral, atuarialmente calculado com base na reserva matemática individual do requerente, de forma a não trazer custos adicionais a este Plano de Benefícios.

§ 3º - O recebimento da complementação integral, previsto no parágrafo anterior, será facultado ao Participante que recolher de uma só vez aos cofres da REDEPREV o total das contribuições atuarialmente previstas, correspondentes ao tempo incompleto para cumprimento da idade mínima exigida pelo Plano, prevista no “caput”

deste artigo.

§ 4º - (REVOGADO)

§ 5º - Nos casos de complementação reduzida, nos termos do §2º deste artigo, o valor da complementação mínima prevista no parágrafo único do art. 37 será igualmente reduzido.

Art. 37 - A complementação de aposentadoria especial consiste numa renda mensal que se obtém aplicando-se sobre o salário real de benefício um percentual correspondente a tantos 1/35 (um trinta e cinco avos) quantos forem os anos completos de vinculação à Previdência Social, até a data da concessão da complementação, e no máximo 35 (trinta e cinco), subtraindo-se, do resultado, o valor da aposentadoria obtida na forma do art. 24.

Parágrafo único. Nos casos previstos neste artigo, será assegurado um valor mínimo de complementação igual a 20% (vinte por cento) do salário real de benefício, limitado ao teto máximo de contribuição para a Previdência Social e apurado proporcionalmente ao tempo de contribuição na forma deste artigo.



Art. 38. (REVOGADO)

Parágrafo único. (REVOGADO)

XVII - Complementação de Pensão

Art. 39. A complementação de pensão será concedida, mediante requerimento, aos Beneficiários habilitados como pensionistas pela Previdência Social, do Participante que vier a falecer, durante o período em que seja mantida a pensão pela Previdência Social.

Parágrafo único. (REVOGADO)

Art. 40. A complementação de pensão consistirá numa renda mensal correspondente a 50% (cinquenta por cento) da complementação de aposentadoria que o Participante percebia por força deste Regulamento ou daquela a que teria direito se, na data do falecimento, fosse aposentado por invalidez pela Previdência Social.

Parágrafo único. As cotas individuais serão rateadas e extintas com as mesmas regras adotadas pela Previdência

Social para o benefício de pensão.

Art. 41. O valor da complementação de pensão será rateado, em quotas iguais, entre os Beneficiários habilitados como pensionistas na Previdência Social e sua concessão não será adiada pela possibilidade de existência de outros Beneficiários.

§ 1º - A extinção do direito à complementação de pensão se dará segundo as mesmas regras de extinção da pensão concedida pela Previdência Social.

§ 2º - Qualquer inscrição ou habilitação posterior que implique na inclusão de novos Beneficiários só produzirá efeito a partir da data de sua efetivação.

§ 3º - A quota do Beneficiário que vier a ser excluído, por qualquer motivo, reverterá em benefício dos pensionistas remanescentes.



Art. 42. Na inexistência de Beneficiários que façam jus ao benefício de complementação de pensão, é assegurada à pessoa que tiver sido designada em vida pelo Participante a restituição das contribuições e da jóia por ele efetuadas, observado o seguinte:

I - no caso de Participante falecido em atividade, é assegurado o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) das contribuições e da jóia recolhidas a partir da data de seu último ingresso neste Plano, na forma prevista no art. 49 deste Regulamento;

II - no caso em que o Participante já esteja percebendo complementação de aposentadoria, é assegurado o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) das contribuições recolhidas a contar do mês subsequente ao da concessão do complemento de aposentadoria, na forma prevista no art. 49 deste Regulamento.

Art. 43. Em caso de não haver designação, os valores a que se refere o art. 42 serão revertidos em favor deste Plano.

XVIII – Complementação do Abono Anual

Art. 44 - A Complementação do abono anual consiste numa prestação pecuniária de pagamento único, correspondente a 1/12 (um doze avos) da complementação devida em dezembro, por mês de complementação recebida durante o ano correspondente,

a ser pago ao Participante, no caso do benefício ser de aposentadoria, e ao cônjuge pensionista ou, na falta deste, à pessoa designada judicialmente para tal fim, no caso do benefício ser de pensão.

XIX - Reajustamento de Benefícios

Art. 45 - Os valores dos benefícios de pagamento mensal serão reajustados, monetariamente, no mês de novembro de cada ano, com base na va-

riação do INPC, apurado pelo IBGE, no período, ou de outro índice que venha, oficialmente, a substituí-lo.



§ 1º - A REDEPREV poderá conceder antecipações no período correspondente entre duas datas-bases.

§ 2º - Por ocasião de cada reajuste, deverão ser compensadas as antecipações concedidas e, quando essas antecipações ultrapassarem o índice de reajuste, a compensação do excedente antecipado deverá ser compensada, até sua liquidação, durante os meses subsequentes.

§ 3º - No primeiro reajuste do benefício em manutenção, será adotada uma proporcionalidade em função da respectiva data de concessão.

§ 4º - Por ocasião de sua concessão,

o benefício de pagamento mensal será atualizado com base no mesmo índice utilizado para a correção dos benefícios em manutenção naquele mesmo mês, observada a proporcionalidade prevista no parágrafo anterior.

§ 5º - Os reajustamentos a que se refere o presente artigo terão sempre por base avaliação atuarial.

Art. 46. O excedente das disponibilidades destinadas ao reajustamento de cada ano constituirá um fundo especial para reajustamentos futuros de benefícios, na proporção prevista no art. 45, respeitando os dispositivos legais.

XX - Prescrição de Benefícios

Art. 47. Ressalvados os casos previstos em lei, o direito às complementações não prescreverá, mas prescreverão as mensalidades não reclamadas no prazo de 05 (cinco) anos, contados da data em que forem devidas, revertendo as importâncias respectivas em favor deste Plano.

Art. 48. As importâncias não recebidas em vida pelo Participante, referentes a benefícios devidos e não prescritos ou os valores correspondentes à devolução de contribuições (inclusive jóia) não resgatada pelo ex-Participante até a época de seu falecimento, serão pagas aos Beneficiários.

XXI - Restituição de Contribuições

Art. 49. O Ex-Participante que se desligou deste Plano antes do término do vínculo empregatício com o Patrocinador, antes de fazer jus a qualquer tipo de complementação, terá direito à restituição das contribuições pessoais vertidas, inclusive jóia, corrigidas pelos índices conforme a seguir, a serem pagas após o término do vínculo com esse Patrocinador sob a forma de pagamento único.

I - ORTN's (período de 01/70 a 02/86);
OTN's (período de 03/86 a 01/89);
BTN's (período de 02/89 a 02/91); e
Índice da caderneta de poupança descontados os juros (a partir de 03/91), até a data do seu efetivo pagamento, descontado o custo calculado atualmente, vigente na data do requerimento, dos benefícios estruturados em regime financeiro de repartição simples e de repartição de capitais de

cobertura e ainda do custo da Devolução de Contribuição e das Despesas Administrativas;

II - o desconto ora previsto não poderá gerar devolução em percentual inferior àquele decorrente da aplicação da Tabela de Resgate constante do Anexo 1, ao presente Regulamento, nem inferior ao previsto na legislação que lhe era aplicável na época de seu desligamento deste Plano.

Parágrafo único. Por solicitação do ex-Participante ou do seu Beneficiário se for o caso, o valor da restituição de contribuições poderá ser pago em até 12 (doze) parcelas, devidamente atualizadas na forma do inciso I deste artigo até a data do pagamento.

Art. 50. (REVOGADO)

XXII – Custeio

Art. 51. Os benefícios deste Plano serão custeados através de contribuições dos Participantes e do Patrocinador.

Art. 52. O Participante contribuirá para este Plano de Benefícios:



§ 1º - Com taxas mensais, anualmente fixadas no Plano de Custeio, e estas incidirão sobre o Salário Real de Contribuição.

§ 2º - O Participante Assistido contribuirá conforme estabelecido no parágrafo anterior deste artigo, sendo as taxas doravante aplicadas sobre o valor da sua complementação de aposentadoria.

§ 3º - O Participante com contrato de trabalho suspenso, salvo nos casos de afastamento por motivo de auxílio-doença, assumirá, além das suas, as contribuições que seriam atribuídas ao Patrocinador.

§ 4º - A contribuição dos Participantes não poderá ser inferior a 1/3 (um terço) do montante total das contribuições relativas à cobertura do custo normal deste Plano.

Art. 53. (REVOGADO)

§ 1º - (REVOGADO)

§ 2º - (REVOGADO)

Art. 54 - A Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA contribui mensalmente conforme taxa prevista no Plano Anual de Custeio, para a cobertura do custo normal, incidente sobre o Salário Real de Contribuição do Participante que não esteja em gozo de complementação, bem como com valores determinados, a título de contribuição extraordinária.

§ 1º - (REVOGADO)

§ 2º - (REVOGADO)

Art. 55. O Patrocinador assegurará, para cada complementação de aposentadoria especial concedida, os recursos necessários ao pagamento a este Plano da diferença entre o valor atual de uma anuidade imediata de prestações iguais à complementação de aposentadoria especial e a reserva matemática já constituída para a complementação de aposentadoria por tempo de contribuição ou idade.

Art. 56. Anualmente, será feita revisão atuarial do Plano para verificar as modificações a serem introduzidas no Plano de Custeio que estiver em vigor.

Parágrafo único. (REVOGADO)

Art. 57. Os encargos administrativos deste Plano de Benefícios CELPA BD-I são suportados por contribuições do Patrocinador e de todos os Participantes, conforme determinado no Plano de Custeio.

Art. 58. A contribuição do Participante será descontada da respectiva folha de pagamento e recolhida à REDEPREV pelo Patrocinador, juntamente com as suas contribuições, até o sétimo dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo único. As contribuições dos Participantes Assistidos serão descontadas da folha de benefícios da REDEPREV.

Art. 59. Na hipótese em que não ocorrer desconto em folha de pagamento fica o Participante obrigado a recolher

suas contribuições à REDEPREV no mesmo prazo previsto no “caput” do art. 58.

Art. 60. Não se verificando o recolhimento no prazo previsto no “caput” do art. 58, fica o inadimplente, Patrocinador ou Participante, sujeito ao pagamento de juros de 0,8% (oito décimos percentuais) ao mês, ou fração, sobre o total do débito, além da atualização monetária mensal com base no INPC, apurado pelo IBGE, e multa, para atrasos superiores a 30 (trinta) dias, de 1% (hum por cento) sobre o valor principal atualizado.

Art. 61. As contribuições acaso descontadas ou recolhidas indevidamente serão devolvidas aos respectivos contribuintes com juros de 6% (seis por cento) ao ano e correção monetária pelos índices de variação do INPC/IBGE.



XXIII – Disposições Finais

Art. 62. Os benefícios deste Plano concedidos aos Participantes, salvo quanto aos descontos autorizados por lei e por este Regulamento, ou derivados da obrigação de prestar alimentos, reconhecida por via judicial, não podem ser objeto de penhora, arresto ou seqüestro, sendo nula de pleno direito qualquer venda ou cessão e a constituição de quaisquer ônus, bem

como a outorga de poderes irrevogáveis ou em causa própria à respectiva percepção.

Art. 63. As disposições do presente Regulamento Complementar entrarão em vigor no primeiro dia do mês subsequente ao de sua aprovação pelo órgão público competente.

ANEXO 1

Idade do Participante em anos completos na data do desligamento deste Plano	Tempo de filiação a este Plano desde a data da última inscrição em anos completos					
	Até 5 anos	De 6 a 10 anos	De 11 a 15 anos	De 16 a 20 anos	De 21 a 25 anos	De 25 ou mais anos
Até 20 anos	60%	65%	70%			
De 21 a 30 anos	65%	70%	75%	80%	85%	
De 31 a 40 anos	70%	75%	80%	85%	90%	90%
De 41 a 50 anos	75%	80%	85%	90%	90%	90%
De 51 a 60 anos	80%	85%	90%	90%	90%	90%
De 60 ou mais anos	85%	90%	90%	90%	90%	90%

**Segurança no presente,
tranquilidade no futuro.**

RedePrev

REDEPREV
Fundação Rede de Previdência

Rua Teixeira, 467 - Taboão
Bragança Paulista - SP - CEP 12916-360
Tel.: 11 4481-9600 - 4481-9601
Fax: 11 4481-9619
www.redeprev.com.br